

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 094

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 01 DE AGOSTO DE 2000

ANO XXVI

## *Mesa Diretora*

**NELSON JUSTUS**

Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

1º Vice-Presidente - PMDB

**JOSÉ MARIA FERREIRA**

2º Vice-Presidente - PSDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUIZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i> .....	<i>Irineu Colombo</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>

## *Representação Partidária*

*PTB - 12: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 09: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 07: Albanor Gomes (licenciado) - Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro (licenciado) - Renato Gaucho - Serafina Carrilho - Sérgio Spada; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Edno Guimarães - Luiz Carlos Martins; PST - 01: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama (licenciado); PSB - 01: Ricardo Maia; PL - 01: Pastor Edson Praczyk; PSC 01: Miltinho Puppio; SEM PARTIDO - 01: Antonio Carlos Belinati..*

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 066ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
01 DE AGOSTO DE 2000**

*(terça-feira)*

Presidência do senhor deputado José Maria Ferreira, secretariada pelos senhores deputados Hermas Brandão e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Marcos Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a presente sessão e instalado o 2º período de Sessões Ordinárias, da 2ª Sessão Legislativa da 14ª Legislatura.

**O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)**

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. 2º SECRETÁRIO**

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

**O SR. 1º SECRETÁRIO**

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 1383**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, concessão de licença por 120 dias para tratar de interesses particulares, sem ajuda de custo e a remuneração.

Sala das Sessões, em 01.08.2000.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

**Mensagens:**

**MENSAGEM Nº 012/2000**

Curitiba, 19.07.2000.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei, dispondo que o Poder Executivo fica autorizado a incluir no edital de venda do Banco do Estado do Paraná S.A., a manutenção, nos prazos e condições que especifica, das contas dos depósitos do sistema de arrecadação de tributos estaduais e do sistema de movimentação de valores e pagamento SIAF - Sistema Integrado de Administração Financeira e conta do Tesouro Geral do Estado / conta receita / conta única, contas dos fundos e programas, contas dos depósitos e movimentação da entidades da administração indireta e fundações públicas, bem como as disponibilidades dos fundos estaduais e pagamentos do funcionalismo público. Dispõe, ainda, sobre condições e limites com vistas à assegurar oferta de parte das ações de emissão do Banestado, aos empregados e aposentados do conglomerado.

Os outros esclarecimentos que bem demonstram a conveniência e oportunidade de que se reveste a medida, constam da adiante transcrita justificativa que me foi apresentada pela Secretaria de Estado da Fazenda:

“O presente anteprojeto trata da manutenção das contas do Governo do Estado no Banco do Estado do Paraná S.A. e da oferta preferencial de ações aos empregados e aposentados das empresas que integram o Conglomerado Banestado, por ocasião da desestatização do Banco do Estado do Paraná S.A. - Banestado. A Lei Estadual nº 12.201, de 25 de junho de 1998 autorizou a alienação do Banco do Estado do Paraná S.A. - Banestado. É interesse do Estado do Paraná fomentar a participação dos empregados e aposentados das empresas que integram o Conglomerado Banestado no processo de privatização do Banco do Estado do Paraná S.A. - Banestado, assim como, em atenção ao interesse público, obter a maior valorização possível por ocasião da alienação das ações de titularidade do Estado do Paraná junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. - Banestado, o que se torna possível mediante aprovação do anteprojeto ora apresentado”.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente

aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 01.08.2000.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no Edital de Venda do Banco do Estado do Paraná S.A. - Banestado, a manutenção, com exclusividade, pelo prazo de 5 (cinco) anos, das contas dos depósitos do sistema de arrecadação dos tributos estaduais, sistema de movimentação de valores e pagamento SIAF - Sistema Integrado de Administração Financeira e conta do Tesouro Geral do Estado/conta receita/conta única, contas dos fundos e programas, contas dos depósitos e movimentação das entidades da administração indireta e fundações públicas, bem como as disponibilidades dos fundos estaduais e pagamentos do funcionalismo público.

Parágrafo Único - O prazo de manutenção da exclusividade tratado no *caput* deste artigo poderá ser prorrogado mediante negociação que levará em conta o interesse público, sob a forma de reciprocidade e agregação de valores ao Estado.

Art. 2º - Aos empregados e aposentados das empresas que compõem o Conglomerado Banestado será assegurada a oferta de parte das ações de emissão do Banco do Estado do Paraná S.A. - Banestado, pertencentes ao Estado do Paraná por ocasião de sua desestatização, observadas as condições a serem estabelecidas pelo Poder Executivo.

§ 1º - O Conglomerado Banestado, mencionado no *caput* deste artigo, compreende o Banco do Estado do Paraná S.A. - Banestado, suas controladas, fundações e caixas de assistência.

§ 2º - A oferta de que trata o *caput* deste artigo será de 10% (dez por cento) das ações detidas pelo Governo do Estado do Paraná que vierem a ser alienadas.

§ 3º - Caberá ao Poder Executivo definir as condições para a realização da oferta aos empregados e aposentados do Conglomerado Banestado, incluindo os critérios para habilitação dos empregados e aposentados, o montante e o respectivo percentual de ações a ser ofertado, o preço de venda e o deságio a ser aplicado em

relação ao valor econômico das ações do Banco do Estado do Paraná S.A. - Banestado.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### MENSAGEM Nº 013/2000

Curitiba, 24.07.2000.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que dispõe sobre aprovação de abertura de crédito suplementar no valor de R\$161.000,00 (cento e sessenta e um mil reais), ao vigente orçamento da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho, aprovado pela Lei Estadual nº 12.825, de 28 de dezembro de 1999, visando atender despesas com a manutenção dos cursos de pós-graduação da faculdade.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da própria unidade.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

Sala das Sessões, em 01.08.2000.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 12.825, de 28 de dezembro de 1999, no valor de R\$161.000,00 (cento e sessenta e um mil reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Anexo do Programa de Obras, conforme Anexo III desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO  
DE DESPESAANEXO I  
ANEXOFL. 01 DE  
R\$1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	LDR	VALOR	N. DO PROC. COP.
4500	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior					
4536	Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho					
2208	Administração e Manutenção do Ensino de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho	3390.36	50	L	161.000	0694
TOTAL					161.000	

CANCELAMENTO  
DE DESPESAANEXO II  
ANEXOFL. 01  
R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA OPERAÇÃO	FONTE	LDR	VALOR	N. DO PROC. COP.
4500	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior					
4536	Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho					
2208	Administração e Manutenção do Ensino de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho	4490.51	50	L	161.000	0694
TOTAL					161.000	

CANCELAMENTO  
DE OBRASANEXO III  
ANEXOFL. 02  
R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	ALO	VALOR	PROCESSO
4500	Secretaria de Estado da Ciênc, Tecnologia e Ensino Superior				
4536	Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho				
2208	Administração e Manutenção do Ensino de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho				
424	Jacarezinho				
0001	Restaurar e ampliar o espaço para prática de desporto (A)	50	L	129.000	0694
0002	Construir 04 salas de aula (A)	50	L	32.000	0694
TOTAL		O.F.	L	161.000	

**À Diretoria Legislativa.**

MENSAGEM Nº 014/2000

Curitiba, 24.07.2000.

Senhor presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder à Organização Mundial da Família, o imóvel situado à Avenida Manoel Ribas, nº 7.115, no Bairro de Santa Felicidade, em Curitiba, parte de propriedade do Estado do Paraná e parte do Instituto de Ação Social do Paraná - IASP (ex-Instituto de Assistência ao Menor), denominado de “Educandário Santa Felicidade”, conforme consta nas Transcrições de números 52.084, 49.643, 48.185, 29.054 e 13.885, do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da comarca de Curitiba, contendo área superficial de aproximadamente 13.000,00m2 e benfeitorias.

O Plano de Lei em referência consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que a cessionária, entidade reconhecida mundialmente pela sua expressiva atividade filantrópica, irá utilizar o imóvel cuja cessão é objetivada, em ações ligadas às questões relativas à criança e à família e, ainda, à implantação de um centro de treinamento internacional.

O anexo anteprojeto de lei prevê, ainda, em dispositivos expressos, prazos de duração da cessão, possibilidade de ser prorrogado, mediante consenso entre as

partes, e cláusula de automática sustação de efeitos, com imediata retomada do imóvel pelo Poder Público, caso haja descumprimento às condições estabelecidas no respectivo termo de cessão.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 01.08.2000.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a ceder à Organização Mundial da Família, o imóvel situado à Avenida Manoel Ribas, nº 7.115, no Bairro de Santa Felicidade, em Curitiba, parte de propriedade do Estado do Paraná e parte do Instituto de Ação Social do Paraná - IASP (ex-Instituto de Assistência ao Menor), denominado de “Educandário Santa Felicidade”, conforme consta nas Transcrições de números 52.084, 49.643, 48.185, 29.054 e 13.885, do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Curitiba, contendo área superficial de aproximadamente 13.000,00m2 e benfeitorias.

Art. 2º - O imóvel a que se refere o art. 1º desta lei será utilizado como sede da Organização Mundial da Família - América Latina, bem como sede da União Nacional das APMI's, com a conseqüente implantação de um Centro de Treinamento Internacional para as questões relativas à criança e à família, tendo esta cessão a duração até 31 de dezembro de 2002, podendo ser prorrogada por 04 (quatro) anos, mediante consenso entre as partes, não podendo o referido imóvel ser utilizado para outros fins, nem ser transferido a terceiros, sob pena de tornar-se automaticamente sem efeito, ficando, ainda, a Organização Mundial da Família, responsável pela guarda, proteção, restauração e manutenção da arquitetura original do imóvel, bem como pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do termo, abstendo-se do direito de ressarcimentos futuros pelas benfeitorias produzidas no local.

Parágrafo Único - A cessão de que trata este artigo ficará condicionada a que a donatária utilize o referido imóvel para atividades ligadas às questões relativas à criança e à família e à implantação de um Centro de Treinamento Internacional, devendo esta cumprir integralmente as condições elencadas neste artigo.

Art. 3º - A Organização Mundial da Família fica responsável pela reforma total do imóvel a que se refere o art. 1º desta lei, cuja fiscalização deverá ser efetuada pelo Departamento Estadual de Construção, Obras e Manutenção - Decom, no prazo de 2 (dois) anos, sob pena de cancelamento do termo de cessão de uso.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (**José Maria Ferreira**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, senhor deputado Algaci Tulio.

Antes, porém, peço licença ao Plenário para que façamos entrar em nossa Casa, os deputados argentinos que desde ontem encontram-se em nossa capital. Participaram hoje, com a companhia do deputado Caíto Quintana, a uma visita à Petrobrás, farão ainda uma visita ao IAP, terão uma reunião conosco e uma coletiva à imprensa.

Sejam bem-vindos! Já tivemos um pequeno encontro antes desta sessão e tão logo o deputado Algaci Tulio termine sua explanação, creio que algum representante argentino deverá fazer uso da palavra.

Por gentileza, deputado Algaci Tulio, a palavra está com Vossa Excelência.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhores deputados!

Reiniciando nossos trabalhos depois de um mês de recesso de Plenário, porque internamente não paramos, não deixamos Curitiba, fizemos funcionar a nossa Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico, gos-

taríamos de aqui estar para falar coisas boas que poderiam ter ocorrido nesse mês. Mas, bem ao contrário, foi com ansiedade que aguardamos este momento para falar do tremendo crime que, por total negligência e irresponsabilidade, se cometeu contra o Estado do Paraná.

Quatro milhões de litro de óleo cru despejados, no domingo 17 de julho, nos rios Barigui e Iguaçu. O maior desastre ecológico já registrado num rio brasileiro! Um dos maiores já registrado no mundo! Um crime de conseqüências incalculáveis. Uma tragédia de proporções impressionantes, assustadoras, com prejuízos incensuráveis, impossíveis de serem calculados a curto e médio prazo, para a população ribeirinha, para a fauna, flora, qualidade da água superficial e subterrânea, como as atividades econômicas dependentes do rio Iguaçu.

Todos nesta Casa conhecem o fato e certamente lamentam tanto quanto nós. Mas, para que os anais desta Casa registrem, quero dizer estive na segunda-feira, um dia após a tragédia, percorrendo a região de Araucária, Guajuvira, General Lúcio e Balsa Nova, acompanhando o trabalho dos técnicos, acompanhando a correria um tanto quanto atabalhoada porque, naquele momento, ninguém sabia exatamente como iniciar aquele trabalho. Muito perdidos, muitas empresas tercerizadas, contratadas à última hora pela Petrobrás. Seus contratados ficaram por algum período sem saber o que fazer, como fazer e porque fazer.

Foi uma seqüência de erros que resultou num dos maiores desastres ecológicos de que se tem notícia no Brasil.

No início da tarde de domingo, um dos dez tanques da refinaria seria abastecido de petróleo por um duto que vem de São Francisco do Sul, em Santa Catarina. A operação, corriqueira, terminou em desastre, por uma sucessão de descuidos. Para começar, ninguém abriu o reservatório que receberia o óleo. Houve um aumento brutal da pressão no duto. A válvula que arrebentou, em conseqüência disso, estava em manutenção. Embora exista um computador para monitorar o tempo todo o volume do óleo no tanque, por duas horas nenhum operador percebeu o problema. Finalmente a refinaria não estava preparada para enfrentar um acidente desse porte.

Com apenas catorze homens na brigada de emergência, só no dia seguinte a Petrobrás admitiu que não teria como conter o óleo com seus recursos. A Defesa Civil foi avisada onze horas depois do início do vazamento. E só então foi possível montar uma gigantesca força-tarefa para enfrentar a emergência. Ela mobilizou 2000 homens, 55 caminhões-vácuo, 3100 metros de barreiras, 30 toneladas de material absorvente, trinta caminhões-tanque.

Desastres como o da semana passada também fazem da Petrobrás a inimiga número 1 do meio ambiente no Brasil. Só neste ano, a empresa já registrou doze acidentes, incluindo incêndios, transbordamentos e os dois derramamentos de grandes proporções. Pelo vazamento no Paraná, a Petrobrás já foi multada em 50 milhões de

reais. É uma quantia insignificante para uma companhia que vai gerar 16 bilhões de reais de caixa neste ano. Além disso, quem acabará pagando mesmo são os contribuintes e consumidores brasileiros que sustentam a estatal.

Senhor presidente e senhores deputados, senhores deputados Argentinos que nos dão a honra de suas presenças, hoje, aqui neste plenário, é preciso dizer mais alguma coisa depois do que acabamos de ler?

Na segunda-feira, dia 18, a primeira coisa que fizemos foi ir a Araucária para nos inteiramos do tamanho do desastre, e como deputado nesta Casa e como membro da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, sempre me preocupando com as causas do meio ambiente; sempre procurei ver de perto...

**(Usa horário da Liderança do PTB)**

**(Lê):**

“Além de Araucária estivemos ainda em Guajuvira, General Lúcio e Balsa Nova.

Contar o que vimos não é fácil. Basta se imaginar 133 carretas com capacidade para 30 mil litros de óleo cru cada uma despejando todo esse óleo nos rios Barigui e Iguaçu.

Mas ali, naquele momento, pudemos sentir o que hoje já temos certeza e que vem sendo denunciado e cobrado pela imprensa, ONG's, Ministério Público e outras autoridades: responsabilidade da Petrobrás.

Como disse o Ministro do Meio Ambiente já no dia 18 aqui em Curitiba, o vazamento de óleo foi resultado de “negligência “da Petrobrás e “uma empresa desse porte não tem o direito de fazer dois acidentes dessas proporções em seis meses”. Aliás; corrijo: Três. Porque mais um aconteceu no final de semana, no interior do Rio de Janeiro.

Denúncia do Sindicato dos Petroleiros dos Estados do Paraná e Santa Catarina - Sindipetro, confirmada por especialistas da USP que aponta a falta de técnicos especializados e de equipamentos adequados, além da falta de um plano integrado para ser adotado em casos de emergência.

Todas as sindicâncias já feitas apontam o desastre como resultado da refinaria provocada por uma peça colocada provisoriamente na rede. Uma nova peça, mais moderna, seria colocada em outubro.

Pasmem, senhores deputados.

Engenheiro da Petrobrás admitiu que a falha pode ter sido da empresa ao trocar a peça para fazer uma adequação no sistema e não pensar na responsabilidade de ocorrer uma situação, como a que deu origem ao acidente.

A irresponsabilidade da Petrobrás é tão grande, que vem ensejando toda sorte de medidas. Como do Ministério Público Federal do Paraná, que instaurou uma investigação criminal sobre o vazamento de óleo da Repar.

Por parte do Ministério Público Estadual que analisa documentos, inclusive quanto ao envolvimento do

Instituto Ambiental do Paraná, com relação ao licenciamento ambiental da Repar.

Muito embora ela venha bem antes da nova lei ambiental implantada no Estado do Paraná. O Tribunal de Contas da União vai investigar o grave desastre ambiental como realizar auditorias nas refinarias de maior porte e maior movimentação de óleo no País. As entidades ambientalistas estão propondo medidas judiciais. Autoridades da Argentina já estavam também preocupadas, autoridades paraguaias já estavam todas preocupadas com a situação tanto que uma comitiva argentina está aqui no Brasil mais precisamente em Curitiba e foi hoje pela manhã ver de perto toda uma situação. O governo de Santa Catarina já tem relatórios sobre as condições do Rio Iguaçu.

Ontem, senhor presidente, participamos aqui de um movimento feito num seminário pela associação paranaense de imprensa onde aqui estiveram técnicos também participando deste embate procurando cada um contribuir, se não agora para se tentar achar um culpado, mas pelo menos tentar achar condições ainda de salvar o Rio Iguaçu, de salvar o Rio Barigui, de evitar que novos desastres, a exemplo deste, volte a acontecer no Estado do Paraná. É a tragédia do lixo, do óleo derramado poluindo a água, matando os rios encarecendo o tratamento da água para consumo da população. Quem sabe agora, após esta tragédia sirva de exemplo e chame a cada um de nós, deputados, sociedade civil organizada para que comecemos um trabalho de educação ambiental a exemplo de que quando se começou em Curitiba, fazendo este trabalho junto a periferia da cidade no sentido de educar o povo para que ele cuide do seu próprio meio ambiente. O lixo retirado e que está sendo retirado ainda do Rio Iguaçu é algo realmente extraordinário que não se pode conceber que ainda continue acontecendo aqui na divisa com a capital do Estado do Paraná.

Senhor presidente, faço estas colocações porque estive no local, vi de perto, vi o trabalho, vi toda uma consequência de erros, toda uma consequência de desmandos ocorrendo naquela região e trago aqui sentimento da população paranaense que cobra de cada um de nós parlamentares desta Casa, especialmente da Comissão de Meio Ambiente e Ecologia da Assembléia, posição firme, posição corajosa no sentido de cobrar dos responsáveis pela tragédia alguma coisa mais eficiente. Não se pode esperar um outro acidente. A Petrobrás recentemente no Rio de Janeiro. Agora em Curitiba. De volta no Rio de Janeiro. Qual será a próxima tragédia a ser provocada por um vazamento? A empresa está sendo sucateada em função de uma possível privatização. Enquanto isto quem paga as consequências é o meio ambiente do nosso País.

Por isso, senhor presidente, faço estas colocações como membro da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente da Assembléia pedindo providências desta Casa, providências que começaram hoje pela manhã por Vossa Excelência que recebeu aqui a Comitiva de Parlamentares de Missiones, na Argentina, que preocupados

vieram saber até que ponto corre risco, algum risco no seu País, na Argentina ou no Paraguai.

Vossa Excelência hoje de manhã, deputado Caíto Quintana acompanhou esta comitiva, pode ver de perto todas a situação, mas trago neste momento aqui aquilo que vi no dia seguinte a tragédia, o desespero, a intraquilidade a preocupação de todas as organizações não governamentais e aqui quero louvar a atitude dessas organizações que tiveram um trabalho realmente extraordinário acompanhando pari passu de perto toda uma situação.

Por isso, senhor presidente, fica aqui colocada esta minha posição de indignação, de preocupação e da espera de responsabilidades para a tragédia acontecida no Estado do Paraná.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência solicita aos senhores deputados que por gentileza tomem os seus assentos.

Com a palavra o deputado Caíto Quintana.

#### O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, senhores parlamentares.

Gostaria inicialmente, senhor presidente, lisongeadado pelo encargo delegado por Vossa Excelência de saudar em nome dos deputados do Estado do Paraná a comitiva argentina formada pelo deputado Ricardo Miranda, deputado Julio Cesar Dutra, pelo deputado Juan Carlos Rodriguez, deputada Anália Mariel Ligorria, deputada Cristina Falsone Firpo, deputado Ernesto Nobbs, deputada Ursula Calrisa Rodriguez de Igoa, deputada Elisa Haidinger, deputado Luis Soria, deputada Claudete Leoni Radetzke, deputada Esther Reina Cariaga. São Parlamentares de um Estado vizinho, integrantes do nosso Mercosul na Província de Missiones, e que vem a Curitiba, senhor presidente e senhores parlamentares, com a preocupação normal de quem representa num Parlamento o povo do seu Estado. Evidentemente que a imprensa da América Latina, e quase que do mundo inteiro, noticiou o acidente ocorrido aqui numa refinadora da Petrobrás. E é natural que a Província de Missiones, que está na divisa com o Estado do Paraná, e que recebe também águas do Rio Iguaçu, tenha preocupação de que possa contaminar as águas desse rio e contaminar por consequência a sua província e o seu País.

Estivemos na Petrobrás, fomos recebidos pela sua diretoria que explicou todo o trabalho desenvolvido. E acredito que os irmãos missioneiros da Argentina voltam daqui mais tranqüilos e aptos a colocarem inclusive para a imprensa do seu Estado e do seu País a tranqüilidade suficiente para perceber que o risco hoje não existe mais, e que ele se transforme num alerta para a Petrobrás e tantas e tantas outras empresas que operam com possibilidade de contaminação do meio ambiente, que tenhamos, cada um de nós, os nossos próprios Parlamentos, cada vez mais a preocupação com nossas comissões perma-

nentes de defesa de ecologia e meio ambiente para podermos evitar de que acidentes dessa natureza aconteçam, e quando aconteceram que haja sem dúvida alguma a possibilidade de minimizar no máximo possível os efeitos negativos do acidente ocorrido.

Tenho senhor presidente e senhores Parlamentares, pelos irmãos de Missiones uma profunda admiração e um relacionamento constante. Sou um deputado que tenho origem na região Sudoeste do Paraná, e por consequência desde Capanema até Barracão a nossa divisa com a Argentina é com a Província de Missiones. E a Província de Missiones tem uma importância fundamental e importante para nós brasileiros no trato com nossos vizinhos, porque embora seja uma Província pequena deste grande País que é a Argentina é a nossa divisa em parte do Paraná, é a nossa divisa de Santa Catarina, e é a nossa divisa do Rio Grande do Sul.

Portanto, interesses culturais, econômicos, políticos, sociais, indiscutivelmente estão a nos unir, a nos pedir união, a nos pedir intercâmbio.

Por isso, quero saudá-los. Quero ressaltar aqui colegas missioneiros a presença nesse nosso Parlamento do Estado do Paraná do deputado Orlando Pessuti, que é Presidente da Unale, da União Nacional de Legisladores do Brasil, e que tem mantido, através de contatos constantes com Assembléias Legislativas de Estados Argentinos, um relacionamento entre os parlamentares brasileiros e argentinos, para que possamos - eu dizia isso a alguns deputados argentinos com quem eu conversava, há pouco tempo - além dos interesses econômicos, dos interesses que cidades maiores dos nossos países tem, um relacionamento de caixa, de divisas, de estabilidade de moeda. Temos como parlamentares, estados vizinhos, que criamos a mentalidade entre nós, desse espírito latino-americano acima de tudo latino americano, nós e vocês.

Os países que compõem a América Latina precisam despertar, dentro de si, o sentimento de igualdade, que temos uma causa comum de defesa desse espaço do globo terrestre, como uma missão nossa, em pronunciamento em nossos Parlamentos, em ações políticas concretas dos nossos Estados, em defesa intransigente daquilo que é mais sagrado do cidadão, que é a sua composição de alguma, de coração, de nacionalidade, de união. Porque é ela que desenvolve, indiscutivelmente, o sentimento pátrio, de região e de defesa dos países da América Latina, frente a essa globalização desenfreada que existe por aí.

Quero, portanto, senhores parlamentares, declarar aqui o prazer que tivemos de recebê-los na nossa Casa, na certeza de que não será a última das visitas que deveremos receber.

Esperamos que em outras oportunidades, sem que haja uma tragédia a nos unir - que momentos de confraternização, de troca de idéias, que momentos de planificação comum dos nossos países e dos nossos Estados, que são comuns, possam nos orientar também e que pos-



samos cada vez mais estreitar os nossos laços de amizade.

Deixo o meu nome, em particular, em nome do presidente Nelson Justus, da Executiva da Assembléia Legislativa do Estado, dos companheiros de Assembléia, parlamentares que aqui estão, esta saudação em nosso nome, para tão preciosa visita. E que a estadia em Curitiba, em nosso Estado, seja o mais produtiva possível, que Deus os acompanhe nessa permanência e no retorno e que, indiscutivelmente, fique entre nós um senso de amizade maior, um sentimento de união maior e uma expectativa de um novo reencontro.

Muito obrigado.

Obrigado, pela visita.

**(Aplausos)**

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Convido nesse instante, com muita honra, o deputado Ricardo Victor Miranda, vice-presidente da Câmara dos Deputados de Misiones.

**O SR. RICARDO VICTOR MIRANDA**

**(O senhor deputado discursa em castelhano, sem tradução).**

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Com satisfação, concedo a palavra ao deputado Júlio César Dutra, presidente do Crecenea.

**O SR. JÚLIO CÉSAR DUTRA**

**(Fala em castelhano, sem tradução).**

**O SR. JOSÉ CARLOS DUTRA**

**(Final do pronunciamento em castelhano, sem tradução).**

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Luiz Carlos Zuk.

**O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)**

Por questões particulares, devo me ausentar da sessão.

Quero aproveitar e fazer um convite aos Líderes dos Partidos Políticos aqui desta Casa para fazermos uma reunião na Liderança do Governo, logo após esta sessão, às 17:00 horas, para marcarmos um encontro com o Secretário da Agricultura, para discutirmos juntos quais foram as medidas já adotadas devido as fortes geadas que o nosso Estado sofreu e as soluções que foram discutidas com o Ministro da Agricultura.

Faço o convite a Vossa Excelência, aos membros da Comissão Agropecuária, para que possamos marcar uma data para a vinda do Secretário da Agricultura, para discutirmos este grave problema que assola o nosso Estado.

Muito obrigado.

**O SR. LUIZ CARLOS ZUK**

Senhor presidente e senhores deputados.

Para que não fique uma má impressão aos nossos irmãos argentinos, de que nesse retorno, no primeiro dia com os 54 deputados, as conversas pessoais, troca de conhecimentos de áreas políticas, às vezes numa mesma situação de representação fizessem com que Vossas Excelências não levassem essa impressão de que quando um Parlamentar ocupa a tribuna desta Casa, todos aqui são respeitosos, educados politicamente para ouvir os dois ilustres representantes do Estado de Misiones, da Argentina.

Aproveitando a presença dos ilustres representantes, para dizer que quando tivemos representando este Poder por delegação do ilustre presidente Nelson Justus, lá em Buenos Aires e o deputado Cesar Seleme, tratando, não como os senhores aqui se encontram, que num motivo alheio a vontade, quando uma coisa que fugiu do controle de uma empresa nacional fez com que um desastre ecológico acontecesse e os senhores aqui comparecessem para ver realmente as medidas a serem tomadas. Lá estivemos alertando o governo do Brasil que não adiantaria fazer com que estavam fazendo com a Argentina tirando de lá, do nosso Mercosul, indústrias ligadas ao setor de máquinas agrícolas e trazendo daquele País para o Brasil diversas empresas que aqui vieram pelo incentivo fiscal oferecido pelo governo nacional e pelo governo do Estado do Paraná.

Lá demonstrávamos que não estaríamos de comum agrado e, principalmente endossando. Quando, entre irmãos, nos degladiamos com incentivos e tiramos da Argentina 15 empresas de peças e maquinários agrícolas, mas vieram, algumas delas se instalar no nosso Estado do Paraná.

Não concordamos com isso, fazemos parte de um conjunto onde a América do Sul só será respeitada e fortalecida se todos os componentes forem iguais e fortemente competitivos no setor econômico industrial.

Por isso, tenham certeza os irmãos que através do Presidente e dos parlamentares desta Casa, estamos a cada reunião, quando comparecemos, representando este Poder, com o Mercosul, tentando fortalecer a todos os componentes e nesta tarde, não seria de outra forma que somássemos àquilo que já foi feito pelo presidente e pelo vice Caíto Quintana, dando a mão amiga e a posição pela qual estaremos controlando o que dizem que já está quase no final mas estaremos vigiando as conseqüências do meio ambiente pelo qual este desastre ecológico contra a vontade do Brasil, do Paraná, e de todos nós, ocorreu.

Peço o Horário do PDT.

O que quero, senhor presidente e ao nosso presidente da Comissão de Segurança desta Casa, deputado Chab, uma coisa inédita no Paraná, uma coisa que deveremos tomar alguma providência no que concerne à Polícia Militar os seus 18 mil componentes são locados, através de concursos em algumas posições de atividade policial que não são os seus domicílios. Fazem o con-

curso em Ponta Grossa e às vezes um membro de uma família lá do domicílio do deputado Nereu Moura passa e é lotado no 1º Batalhão da Polícia Militar da nossa cidade e assim sucessivamente. Gente de Campo Mourão vai até Toledo prestar serviços no domicílio de Duílio Genari.

Família desses policiais sejam sargentos, cabos, soldados ou oficiais, procuram os representantes políticos, presidente Nelson Justus, o Hermas Brandão, procuram ele, a mulher, a filha, o filho, a sogra ou a mãe, pedindo para o deputado para interceder e pedir a transferência do militar para que ele possa retornar no trabalho, ao seu domicílio. Pasmem, escutem, senhores deputados, se algum militar através da sua família, seu ou seu conhecimento pedir para algum de nós fazer um ofício respeitoso ao Comandante da Polícia Militar, dizendo se porventura houver a possibilidade de transferência do soldado, do cabo ou do fulano de tal que pertence à Corporação para a transferência no domicílio solicitado pela família, senhores deputados, sabem o que acontece? Vai para a cadeia!

Acho que alguma coisa devemos fazer e como sempre respeitamos a Polícia Militar, como sempre aplaudimos e estivemos ao lado da razão e do direito, peço ao deputado Chab que convoque o Comandante da Polícia Militar para que venha à Comissão de Segurança, dizer do porquê da alergia com os deputados! Não é interferência política, é uma falta de respeito a este Poder. Se nós fazemos um pedido de ofício dentro da lei, dentro da procura daqueles que são nossos eleitores, dentro daqueles que nos trazem com assento nesta Casa, será que pode ser penalizado o membro da família, como está sendo penalizado por um Decreto interno daquela Corporação, isso não é ditadura! Não existe mais o Hitler da 2ª Guerra Mundial, ou está hoje personalizado em algum fardamento da Polícia Militar que só pode fazer o que a vontade determina.

#### **O Sr. Ricardo Chab** **(Assentimento)**

Estou aqui atentamente ouvindo o pronunciamento de Vossa Excelência e quero dizer ao caro deputado que comigo já aconteceu isso também, inclusive, quero ir mais longe. Outro dia soube que um comandante de um Batalhão da Polícia Militar, reuniu toda a tropa - é o termo que eles usam - e no alto daquele tablado que ele fica, que ele sempre está superior a todos os outros, disse ele o seguinte: que não há interferência política de espécie alguma na polícia. E aquele que recorrer ao vereador, ao deputado, enfim, a qualquer coisa, na questão pessoal, realmente vai preso, isso dito à tropa. Então, essa é prática comum hoje, eu tenho acompanhado, e posso dizer ao senhor que é uma prática comum, agora, com certeza absoluta vamos convocar o Comandante Geral da Polícia Militar, para vir a nossa comissão, até porque temos várias reclamações, o senhor levanta esse assunto, e tenho certeza que todos os deputados aqui já tiveram esse mesmo problema, quero crer que sim, acho que a

maioria de nós já foi procurada por uma mãe aflita, ou por um irmão aflito, porque tem um irmão doente muitas vezes, é o policial militar que sustenta, isso está virando uma prática comum, infelizmente. E quero ir ainda mais longe argumentar com o senhor. Recentemente vieram do interior do Estado mais de uma centena de policiais para trabalhar nos totens que o Governo do Estado colocou. Esses policiais militares vieram para cá e não puderam retornar as suas cidades causando constrangimento, inclusive, com cabos da polícia militar fazendo greve de fome, isso nós denunciamos e falamos, mas são dois pesos e duas medidas.

Quando o pedido é feito através do deputado, ou até mesmo de alguém da sociedade, há negativa e a afirmação é essa, de que não se admite interferência em hipótese alguma, agora, quando eles querem eles removem o coitado do cabo, colocando inclusive para morar na rododiferroviária, isso num passado recente, agora não com o secretário Tavares, mas num passado recente.

Então, quero colocar aqui e vou aceitar vou acatar como presidente da Comissão da Segurança, essa sugestão para que nós possamos ouvir o coronel Loraci na comissão e convoco Vossa Excelência para participar.

Muito obrigado!

#### **O SR. LUIZ CARLOS ZUK**

Agradeço o aparte, e antes de conceder ao ilustre deputado José Maria Ferreira, quero testemunhar a todos nós e principalmente à imprensa que não é interferência política alguma, há um pedido respeitoso e formal no qual todos os senhores deputados, porque coletei de alguns do senhores o ofício dizendo da possibilidade da transferência, não é uma interferência política, é um pedido.

Concedo o aparte ao deputado José Maria Ferreira.

#### **O Sr. José Maria Ferreira**

Deputado Luiz Carlos Zuk, agradeço o seu aparte, primeiro quero cumprimentar os deputados, nossos irmãos da Argentina que compõem o Crecenea, que aqui hoje fazem visita a esta Casa, os quais recebemos com muita alegria e com muita satisfação.

Deputado Carlos Zuk, nós temos, como Vossa Excelência mesmo afirmou uma força policial de 18 mil homens na ativa, ela já está nesse número há alguns anos, nós temos uma deficiência de equipamentos, de aparelhamentos da nossa força policial, não só na questão do material, mas sobretudo no número e na qualificação, no treinamento desses policiais.

No mundo inteiro, nós observamos e a boa prática policial assim o determina que o policial deve ficar quanto mais perto da sua comunidade. Assim é no Japão, foi assim que Nova York resolveu o grande problema que tinha, era a cidade mais violenta do mundo e resolveu isto colocando o policial no bairro. Agora, nós tiramos um cidadão lá de jardim Olinda e o colocamos em Morretes e

queremos que ele trabalhe, que ele consiga compreender aquela comunidade. Tiramos um policial lá da barranca do Paraná e o colocamos aqui na Vila Industrial, problemática. Ele não sabe, não conhece, não tem intimidade com aquele ambiente!

É um desacerto quando o Comandante Guaraci, a quem respeitamos enquanto Comandante, mas, quando ele toma estas atitudes inclusive impedindo coercitivamente que alguém ou um familiar, possa propor em nome destes policiais. É um absurdo!

Acho que temos muito mais a esclarecer e faz bem Vossa Excelência solicitando ao presidente da Comissão de Segurança para que o convoque para que ele venha esclarecer e diga qual o prejuízo que um cidadão de Londrina pode dar se não vier trabalhar em Curitiba, por exemplo. Lá ele conhece a cidade, conhece a Região, está em casa, está junto da sua família, não desestrutura a família, não se desestrutura diante do trabalho. Estas questões, gostaríamos de ver o Comandante Guaraci respondendo a esta Casa e sobretudo à sociedade paranaense e em especial à Organização que ele comanda.

Parabéns a Vossa Excelência pelo pronunciamento e conte conosco porque estaremos nesta Comissão para também ouvir as explicações do Comando da Polícia Militar do Paraná.

Muito obrigado!

#### O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Agradeço o aparte e encerro cumprimentando aos senhores parlamentares candidatos a prefeitos e vice-prefeitos, desejando a eles muitas felicidades e que a amizade fraterna e amiga daqueles que irão se eleger continue fora deste Poder para a harmonia da família paranaense.

Cumprimento todos os candidatos na pessoa do nosso amigo de Ponta Grossa, Péricles de Mello, que disputa com outros senhores candidatos, através de idéias e de programa, a felicidade de dirigir o nosso Município de Ponta Grossa.

Muito obrigado!

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência suspende por alguns segundos a sessão, para que os deputados argentinos possam deslocar-se ao Salão Nobre da Casa onde receberão a imprensa.

Reaberta a Sessão, com a palavra o deputado Moisés Leônidas.

#### O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Senhor presidente e senhores deputados, o tema também já não é novo, mas é muito importante que nós, já nesta primeira sessão deste semestre, deixe consignado aqui, sobretudo o desapontamento nosso com relação a este desastre ecológico que aconteceu no sul do Estado, patrocinado pela Petrobrás. E também outro desastre ecológico que aconteceu para o norte do Estado e para

todo o Estado do Paraná, que foram as geadas do mês de julho.

Quero deixar aqui, senhor presidente, tentar deixar consignado e traduzido o sofrimento do produtor, em especial do Norte do Estado do Paraná. Nós já estávamos, exatamente há 25 anos sem termos esta geada pesada que tivemos neste mês de julho. E a geada, como toda intempérie do tempo, vem sem aviso. E o produtor, aquele que acredita, principalmente o pequeno produtor, sofre neste momento, já que falta no Brasil uma política definida para respeitar nossa vocação por sermos um Estado com vocação eminentemente agrícola, de um País desta dimensão, que não tem uma política devidamente definida para a agricultura. E sentimos exatamente nestas horas, o desastre. Não temos, aqui, com relação à Petrobrás, nenhum preparo para um sistema de um desastre ecológico que acontece para despoluir a água potável que o povo do Paraná consome, essencialmente de Curitiba e da região metropolitana.

Não temos, também, uma política devidamente definida para resolver o problema do pequeno agricultor, e do agricultor, nestas horas em especial, na questão das geadas. Estou vendo o esforço do Governo do Estado, através do deputado Rossoni, que convocou as Lideranças para mostrar às Lideranças da Casa as medidas tomadas pelo governo, mas sentimos que de um modo geral o governo federal não dispõe de nenhum armazenamento para tratar deste assunto, neste momento.

Então, senhor presidente, quero aqui em especial ao Norte Pioneiro, que tem subsidiado este programa bonito que é o programa do café adensado, que a maioria absoluta dos cafezais foram devidamente dizimados. Quero deixar consignado, também, o esforço da família Ferroni, em especial no Norte Pioneiro, sediada uma parte em Jacarezinho e Ribeirão do Pinhal, que acreditou no programa do café adensado e que teve, agora, 6 milhões e 500 mil pés de café queimados com esta geada, além de mais 2 milhões e meio de mudas que também ficaram comprometidas com a geada.

Mas, o alerta que fazemos, enquanto parlamentar, é dizer que pela falta que temos de uma política devidamente definida nesta área, com sacrifício de todas as safras, tanto do café como do soja, como do milho, nós estávamos vendo o governo devido à perda que tivemos, em torno de 1 bilhão de reais com relação à safra. Mas, o governo ainda não falou, em nenhum momento, e aqui não é só o Governo do Estado, é o governo federal, em nenhum momento falou da maior perda que vamos ter, que é a perda social, porque o ano que vem não teremos as safras. E este pessoal que está devidamente ligado à vida com o produtor não vai ter no que trabalhar e vai vir para a cidade grande para tentar a vida. Então, o maior desastre vamos colher o ano que vem, o ano que não teremos a safra.

Então, queremos, já deixar traduzido nossa preocupação: falham os governos de um modo geral, da perda que tivemos foi mais de um bilhão de reais.

Mas, vamos, então, começar a preparar para o grande desastre que teremos o ano que vem, quando teremos estas safras que foram comprometidas. Porque safras, outras virão. Mas, o trabalhador precisa ter pelo menos um pouco de segurança, pelo menos alguma orientação vinda do alto, em especial do escalão econômico do governo federal, para nos dizer o que é realmente que podemos preparar para o ano que vem. Porque de todo o desastre acontecido, tenho a impressão que o pior que nós vamos ver é a fome e o desemprego na safra que vem, que não terá.

Então, neste início de semestre quero cumprimentar os companheiros pelos trabalhos que teremos, neste último semestre que teremos neste milênio e deixa esta nossa preocupação, que no mínimo o governo tenha uma política adequada para a agricultura, não só do Paraná, mas uma política adequada para a economia, para a agricultura de todo o Brasil. E isto o País não tem. E deixar consignada a preocupação do maior desastre, que vai ser o desemprego do campo no ano que vem.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, senhores deputados.

Inicialmente quero cumprimentar a todos os nossos amigos parlamentares, a nossa deputada Serafina, por termos tido o privilégio de retornarmos todos nós com saúde, com alegria e com muita disposição a este trabalho do segundo semestre aqui na Assembléia Legislativa.

Dizer aos senhores parlamentares que nesta semana ainda ou na semana que vem em conjunto com o deputado César Seleme deveremos fazer um relato acerca da nossa participação em Chicago na Conferência Nacional dos Parlamentos americanos e também da nossa participação em San Juan, Porto Rico, da Conferência Parlamentar das Américas, envolvendo parlamentares de países, dos 35 existentes nas três Américas e na região do Caribe.

Quero nesta oportunidade, já de antemão, cumprimentar o deputado Valdir Rossoni por estar nos convidando e convocando para uma reunião às 17 horas. Na condição de presidente do bloco parlamentar agropecuário, nós estivemos acompanhando de perto em visita que fizemos a municípios do interior, acompanhando através da televisão, do rádio, dos jornais, através de telefonemas que fizemos às Cooperativas, aos sindicatos, as associações de produtores e diretamente a produtores rurais, todo o drama que está sendo vivido pelos agricultores do Estado do Paraná.

O Paraná que se reerguia na questão de produtor de café, já que foi o maior produtor de café deste país, já que possuía a capital mundial do café, Londrina, e que após 75 perdeu esta condição, estando hoje atrás de

Minas Gerais, Espírito Santo, na produção de café, mas que graças a um trabalho desenvolvido à época pelos governadores Requião e Álvaro Dias e que foi intensificado neste governo pelo secretário Hermas Brandão, Antonio Poloni e pelo próprio governador Jaime Lerner através da sistemática de produtor de café densado, o Paraná se reerguia e prometia nos próximos anos ter café não só em quantidade, mas também com qualidade para oferecer aos brasileiros e aos estrangeiros que importam este produto. Lamentavelmente não só o café, mas as pastagens, o trigo, a safrinha de milho e outras culturas que estavam em fase de desenvolvimento foram afetadas e ao se afetar as pastagens se afeta toda a pecuária, em especial a pecuária de leite cuja produção já caiu no Estado do Paraná.

Quero neste momento cumprimentar o doutor João Paulo, da Ocepar, o Ágide Meneguetti, da Faep, o Antonio Zarantonello, da Fetaep, o Leonel Poloni, nosso secretário da Agricultura, e também o governador Jaime Lerner pela presteza com que se movimentaram, trazendo inclusive ao Estado do Paraná o Ministro da Agricultura, Marcos Vinícius Pratini de Moraes e todos eles cobrando um imediato posicionamento do governo federal no sentido de amenizar, porque resolver não tem jeito, deputados, resolver o drama dos agricultores, reembolsá-los, ressarcí-los do prejuízo só o tempo e a produção que eles próprios conseguirem é que irá amenizar o sofrimento, resolver o sofrimento, mas pode o governo federal, pode o governo do Estado e até mesmo os governos municipais amenizar este sofrimento, refinanciando, alongando dívidas, liberando recursos para o custeio familiar, inclusive, já que tem agricultores que correm o risco até de serem vítimas da consequência da falta de dinheiro e não terem sequer alimentação para suprir as necessidades básicas. Então, que se estude possibilidade de custeios familiares, liberação de recursos a fundo perdido, e tenho certeza que o Banco do Brasil, o Banco do Estado e os Bancos privados haverão de adotar políticas emergenciais para não punir mais, não sacrificar mais a vida dos agricultores e dos pecuaristas que foram realmente assoladas por essa terrível...

Deputado Nereu, pediria dois minutos para usar da Liderança do PMDB.

...geada que acometeu o Estado do Paraná.

Queria portanto, senhor presidente, me somar à iniciativa do deputado Valdir Rossoni, estive conversando com o deputado Hermas Brandão na semana passada, ele que foi nosso secretário da Agricultura, de que deveríamos nesta quarta-feira reunir todas essas lideranças mencionadas, mas dado a iniciativa já do deputado Valdir Rossoni nos somamos a Vossa Excelência e vamos estar, tenho certeza, junto com outros Parlamentares somando esforços em nome da Assembléia Legislativa para que as medidas anunciadas possam ser concretizadas e o sofrimento dos agricultores amenizados.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Vossa Excelência me concede um aparte?

**(Assentimento)**

Só queria acrescentar nobre deputado Orlando Pessuti a procedência da preocupação de Vossa Excelência, juntamente com o nosso Líder Valdir Rossoni, porque é preciso que fiquemos alertas e sensibilizados com relação as conseqüências que irão de vir desse fenômeno climático que dizimou praticamente toda a agricultura nossa, tanto essa de subsistência como essa agricultura perene que é o caso do café que vinha ressurgindo agora no nosso querido Estado do Paraná. Recepcionamos o nosso governador Jaime Lerner em Maringá há poucos dias juntamente com o Ministro Pratini de Moraes, o nosso Secretário Poloni e demais Lideranças, todos preocupados, e lá viram em loco o que aconteceu com a nossa lavoura, principalmente o milho, o café, até a cana de açúcar nobre deputado, também levou uma cacetada, há uma previsão de perda de mais de 25% da nossa safra.

Então, é preciso que as lideranças, e como Vossa Excelência bem colocou, os deputados, principalmente nós do interior que estamos aqui representando aquela gente laboriosa que dedica a sua vida ao cultivo da terra para que as autoridades monetárias, principalmente Banco do Brasil, possa deixar de lado essa burocracia que muitas vezes atrasa a liberação de recursos, para que rapidamente essas pequenas, principalmente como Vossa Excelência falou o agricultor de subsistência, e também o agricultor industrial que dizemos, que produzem em larga escala, para que sejam atendidos rapidamente, e tem um detalhe também deputado Orlando, que está existindo uma certa dificuldade na obtenção de recursos, principalmente daqueles agricultores que fizeram a securitização, em muitos casos esses agricultores, apesar de acordados, acordados no termo de acordo, para que a securitização fosse feita, eles passaram para a lista negra, não conseguem obter recursos. E isso é, senhor presidente, preocupante, porque se foi feita a securitização, se ambas as partes acordaram é porque não deve haver punição, e está havendo na prática. Precisamos também ficar atentos, ao que posso considerar uma retaliação porque ninguém fez securitização por malandragem, fez por necessidade.

Então, é isso aí, vamos participar dessa reunião, e quero parabenizar Vossa Excelência pela oportunidade desse discurso, e dizer que vamos ficar de atalaia para que os recursos venham rapidamente e possamos em curto espaço de tempo, como disse o governador Jaime Lerner lá em Maringá, vamos retomar rapidamente o replantio do café, e vamos levantar a cabeça para vencer esse desafio que a natureza tão cruelmente nos impôs.

Muito obrigado.

**O SR. ORLANDO PESSUTI**

Agradeço a Vossa Excelência, e para não me alongar mais senhor presidente, e aproveitando ainda a presença do líder do Governo nesse Plenário, gostaria de fazer um apelo a Vossa Excelência, ao líder do governo, para que de uma vez por todas, discutíssemos, decidísse-

mos pela aprovação do nosso projeto, que institui as auditorias ambientais.

Esse episódio ocorrido em Araucária o vazamento de petróleo da Refinaria de Petróleo da Petrobrás certamente poderia ter sido evitado, se as auditorias ambientais propostas, através dessa norma jurídica, pela qual estamos lutando há mais de seis anos, nessa Casa teríamos evitado esse tipo de vazamento.

A nossa lei não é punitiva, é preventiva. Digo que ela é a vacina contra os males causados pelos desastres ecológicos, ambientais. Da mesma forma que se gasta alguma coisa, quando se busca uma vacina para combater a perspectiva da entrada em nós, de uma doença, a Lei de Auditorias Ambientais, por nós proposta, em 1994, que teve uma primeira votação, nesse ano, aqui, na Assembleia, é como se fosse uma vacina, que vai prevenir uma série de doenças ambientes, que ocorre no dia-a-dia do Paraná.

Sem sombra de dúvidas, esse vazamento de petróleo da Petrobrás chamou a todos nós para discutirmos esse problema. E gostaria que Vossa Excelência, em uma reunião de lideranças, colocasse esse assunto, que analisasse a liderança do governo junto com o próprio governo. Mas que discutíssemos esse assunto e que pela minha vontade aprovássemos - aprofundássemos e que tivéssemos a Lei de Auditorias Ambientais no Paraná, como mais um instrumento de zelo e de prevenção contra os males causados por todos nós, por desastres ambientais, como esse que ocorreu recentemente, que foi o vazamento de óleo da Petrobrás.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Esta presidência tem a satisfação de anunciar a presença do vice-prefeito de São Miguel do Iguaçu, que brevemente deverá estar ocupando uma cadeira, aqui, junto conosco, suplente-deputado e deputado Eli Gueléri. Senhor e senhora Guéleria sejam bem vindos a essa Casa.

**O SR. PASTOR EDSON**

Pela ordem, senhor presidente?

**(Assentimento)**

Quero aproveitar o ensejo, senhor presidente, nobres pares, para comunicar a satisfação do Partido Liberal, o PL, em termos recebido a adesão da nossa única parlamentar feminina ao PL. Não contendo a alegria e a satisfação, eu queria tornar público a vinda da deputada Serafina ao PL. Seja bem vinda deputada.

Muito obrigado, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Devidamente registrado.

Quero aproveitar a oportunidade também, para com o deputado Valdir Rossoni, líder do governo, acordando com esta Presidência, ficará essa reunião com os líderes dos partidos, na sala da Presidência, para que possamos com os deputados estreitar a mesa nova da

Presidência. Então será na sala da Presidência a reunião dos líderes dos partidos.

Com a palavra, no Pequeno Expediente, o deputado Nereu Moura.

#### O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

Inicialmente, quero dar as boas-vindas aos parlamentares e desejar a todos um extraordinário período legislativo e que todos nós possamos, aqui, nesta Casa, do povo do Paraná, prestar serviços relevantes ao nosso Estado. Que os debates, as discussões, as idéias prevaleçam e que possamos dizer a que viemos colaborar de forma decisiva com os destinos do nosso Estado, melhorando a qualidade de vida da população do Paraná.

Esse período, senhor presidente, será um período fértil, interessante e nós evidentemente, queremos esclarecer, aqui, nesta Casa queremos envidar esforços para deixar claro à opinião pública do Paraná assuntos que estão ligados com a vida do nosso povo. Queremos investigar, senhor presidente, as denúncias que pairam em relação à Secretaria de Meio Ambiente, as denúncias que todos os dias o povo do Paraná lê na imprensa, envolvendo o secretário Hitoshi Nakamura, obras super faturadas, obras inacabadas, mostrando ser uma área do governo inteiramente à deriva, como à deriva está a nau capitânea do deputado federal Rafael Greca.

Queremos saber as conseqüências do desastre que foi o derramamento de óleo, no Rio Iguaçu, de quem é a culpa? Quem foram os culpados? E a culpa, segundo o ministro do Meio Ambiente, do Brasil, deputado federal Sarney Filho, é do governo do Estado do Paraná, porque a fiscalização é da lavra, é da competência do governo do Estado. E até agora observamos o governo querendo lavar as mãos e querendo dizer que a culpa é dos outros.

Queremos discutir aqui, senhor presidente, a irresponsável venda do Banestado, e está provado, agora com a geada, geada que dizimou a maior indústria deste Estado, que é a agricultura. Não é a Renault, não é a Chrysler, não são as indústrias instaladas aqui na região metropolitana que produzem a grande parcela de empregos no nosso Estado, é a agricultura, que, infelizmente foi sacrificada pela geada.

Observamos o governador ciceronado pelo seu porta-voz, pelo homem que veio para abrir as portas de Brasília para o governador Jaime Lerner, conforme ele tem dito na imprensa, que é o chefe da Casa Civil, Alcení Guerra. Segundo o governador, agora o Paraná vai ter vez lá em Brasília, porque veio o homem forte para abrir as portas do Palácio do Planalto. Ora, que ironia, um Estado como o nosso, o 5º desse País! Não pode o governador baixar-se, precisar de um secretário para abrir as portas, é menosprezar o nosso Estado! Queremos ver o que o governo Jaime Lerner está fazendo, além de ir a Brasília, ciceronado pelo chefe da Casa Civil, para ajudar a nossa agricultura? O que o governo do Paraná está fazendo,

através de obras, de recursos próprios, para salvar a nossa agricultura?

Queremos discutir aqui, neste plenário, a situação terrível da Secretaria de Segurança Pública, a falta de dinheiro, carros, o corte de custeio nas delegacias que hoje não têm papel higiênico, não têm combustível! A situação desastrosa que passa este segmento importante do governo.

Também senhor presidente, queremos voltar ao pedágio. Desta bandeira não iremos abrir mão com facilidade. Queremos voltar a discutir o pedágio, aqui neste plenário, porque dia 15 de agosto terminam as CPI's que foram instalados e queremos voltar a trabalhar. Já temos as 16 assinaturas para que possamos instalar aqui a CPI do pedágio. A CPI do Sercomtel e da Copel, tão discutida nesse país nos últimos dias. Que resultou na cassação de um prefeito, no afastamento de políticos e que envolvem recursos da lavra, da competência do Governo do Estado.

Queremos discutir aqui os jogos da natureza. E por fim queremos através de uma postura séria neste parlamento, discutir os problemas que afetam o nosso Estado. Não serão as eleições municipais que irão tirar a nossa concentração. Sei e reconhecemos a importância de todos os parlamentares desta Casa e sei que todos também estão imbuídos com o mesmo propósito de estabelecermos aqui uma discussão séria, o questionamento elevado para, de mãos dadas, com forças ajudar o nosso Paraná a sair do abismo que este governo nos conduziu. Esse é o nosso propósito e vamos buscá-lo com todas as forças, toda determinação, todo empenho para poder no final desse mandato olhar nos olhos da população e sentir a consciência tranqüila de que cumprimos o nosso dever, fizemos a nossa tarefa, demos a resposta ao povo do Paraná.

Concedo um aparte ao deputado Valdir Rossoni.

#### O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Nereu Moura respondo todo o seu pronunciamento com poucas palavras. Hoje o que mais preocupa a população paranaense é o desemprego. Quero dizer a Vossa Excelência que o senhor mora no Estado que tem o menor índice de desemprego nesse país. Graças a uma estratégia, uma visão de governo e a forma com que estamos governando este Estado. Não entrarei em outros pontos, pois certamente teremos outras oportunidades.

Muito obrigado!

#### O SR. NEREU MOURA

Agradeço o aparte de Vossa Excelência. Mas os índices que conhecemos não indicam que o Paraná é um "mar de rosas" com relação ao desemprego. Basta verificar que em Curitiba possuímos quase 200 mil desempregados. E se verificarmos no interior do Paraná a situação ainda é muito mais grave. Qualquer pesquisa séria que se faça hoje no Paraná iremos constatar que o emprego é uma das prioridades do nosso Estado.

Por mais que o governador Jaime Lerner tenha gastado horivelmente para trazer algumas montadoras, nós observamos essa concentração de recursos na vinda, na atração de algumas empresas infelizmente não resolveu o problema do nosso Estado, pelo contrário piorou. Porque isso foi um chamaris para trazer desempregados do Brasil inteiro para cá. Hoje o Paraná ostenta índices avolumados de pessoas desempregadas e que esperam que efetivamente o Paraná possa oferecer uma qualidade de vida melhor, com o emprego, casa, comida, uma vida descecente para os seus cidadãos.

Quero aqui dizer que o debate é interessante porque através dele, que nós poderemos selecionar as idéias, o conteúdo, para podermos propor um Paraná diferente, que caminhe para frente, de cabeça erguida e que todos nós nos orgulhemos dele. Não tenho papel aqui de fazer crítica, se as faço é porque vejo o comportamento errado, sinto a condução errada, percebo que as coisas não estão no mesmo direcionamento que a população queria. Não posso me conformar e ficar calado.

Por isso, que vamos votar sim, com entusiasmo, com a garra, a força, a vibração como sempre norteou a nossa vida pública, às vezes cometendo até erros, passando o sinal vermelho, mas é assim que é formado a nossa personalidade. Foi assim que entrei na vida pública com todo este entusiasmo e quero poder ajudar a construir um Estado que seja o melhor Estado deste País e que esta Assembléia Legislativa seja a melhor deste país.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 012/2000, subscrita pelo senhor governador do Estado, constante do expediente, incluindo anteprojeto de lei, dispondo que o Poder Executivo fica autorizado a incluir no edital de venda do Banco do Estado do Paraná S.A., a manutenção, nos prazos e condições que especifica. **À Diretoria Legislativa.**

Mensagem nº 013/2000, subscrita pelo senhor governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre aprovação de abertura de crédito suplementar no valor de R\$161.000,00 (cento e sessenta e um mil reais), ao vigente orçamento da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho, aprovado pela Lei Estadual nº 12.825, de 28 de dezembro de 1999, visando atender despesas com a manutenção dos cursos de pós-graduação da Faculdade. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 014/2000, subscrita pelo senhor governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder à Organização Mundial da Família, o

imóvel situado à Avenida Manoel Ribas, nº 7115, no bairro de Santa Felicidade, em Curitiba, parte de propriedade do Estado do Paraná e parte do Instituto de Ação Social do Paraná - IASP, denominado de "Educandário Santa Felicidade". **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Requerimento subscrito pelo senhor deputado Tiago Amorim Novaes, constante do expediente, solicitando concessão de licença por 120 (cento e vinte) dias, para tratar de interesses particulares, sem ajuda de custo e a remuneração. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 02, à hora regimental, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 011, 095, 100, 114, 154, 155, 156 e 180/2000.

Levanta-se a sessão

### Ata de Comissão:

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA  
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta e um dias do mês de maio de dois mil, reuniram-se na Sala de Reuniões das Comissões, os nobres Pares desta Comissão, presidida pelo senhor deputado Edson Strapasson. Havendo número legal, e não havendo expediente a ser lido passou-se a Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 272/99, de autoria do deputado Ademir Bier. Relator: deputado Beto Richa. Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. 2) Projeto de Lei nº 653/99, de autoria da senhora deputada Luciana Rafagnin. Relator: deputado Pastor Edson. Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. 3) Projeto de Lei nº 165/99, de autoria do deputado Irineu Colombo. Relator: deputado Pastor Edson. Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. 4) Projeto de Lei nº 143/2000, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito do Roubo de Cargas. Relator: deputado Moysés Leônidas. Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim Sandra Zampier, secretária desta Comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
Sandra Zampier - Secretária

## Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

### R E S O L V E :

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 167/2000

determinar, à Diretoria de Pessoal, a exclusão do desconto do Imposto de Renda na fonte, dos proventos de aposentadoria do ex-Deputado Estadual JOÃO MANSUR, na forma do artigo 30 da Lei Federal de nº 9250, de 26 de dezembro de 1995, e conforme o inciso XXVII, do artigo 40, do Regulamento do Imposto de Renda, contido no Decreto Federal nº 1041, de 11 de janeiro de 1994, combinado com o § 2º, do artigo 30, da citada Lei Federal.

(Prot. nº 3648/2000)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 19.05.2000.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 168/2000

determinar, à Diretoria de Pessoal, a exclusão dos descontos do Imposto de Renda na fonte, dos proventos de aposentadoria de JOSÉ RENATO DUARTE, matrícula nº 039, funcionário inativo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, na forma do artigo 30, da Lei Federal nº 9250, de 26 de dezembro de 1995, e conforme o inciso XXVII, do artigo 40, do Regulamento do Imposto de Renda, contido no Decreto Federal nº 1041, de 11 de janeiro de 1994, combinado com o § 2º, do artigo 30, da citada Lei Federal.

(Prot. nº 3876/2000)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 188/2000

determinar, à Diretoria de Pessoal, a exclusão do desconto do Imposto de Renda na fonte, dos proventos de aposentadoria de ALCEU ALVES PASSOS, matrícula nº 112, funcionário inativo do Quadro de Pessoal, da secretaria desta Assembléia Legislativa, na forma do artigo 30, da Lei Federal nº 9250, de 26 de dezembro de 1995, e conforme o inciso XXVII do artigo 40, do Regulamento do Imposto de Renda, contido no Decreto Federal nº 1041, de 11 de janeiro de 1994, combinado com o § 2º, do artigo 3º da citada Lei Federal.

(Prot. nº 2775/2000)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 189/2000

determinar, à Diretoria de Pessoal, a exclusão do desconto do Imposto de Renda na fonte, dos proventos de aposentadoria de ILSO ESTEVÃO DE ALMEIDA, funcionário aposentado no cargo de Procurador 3ª Classe, do Quadro de Pessoal da secretaria desta Assembléia Legislativa, na forma do artigo 30, da Lei Federal

nº 9250, de 26 de dezembro de 1995, e conforme o inciso XXVII do artigo 40, do Regulamento do Imposto de Renda, contido no Decreto Federal nº 1041, de 11 de janeiro de 1994, combinado com o § 2º, do artigo 30 da citada Lei Federal.

(Prot. nº 3785/2000)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 07.06.2000.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

HERMAS BRANDÃO - 1º Secretário

AUGUSTINHO ZUCCHI - 2º Secretário

## Atos da Diretoria Geral:

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

### R E S O L V E :

#### PORTARIA Nº 022/2000 - DAT

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 12.825, de 28 de dezembro de 1999, nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DE DESPESA		
Código	P/A	Valor
33904300	2000	2.000.000,00

ACRÉSCIMO DA DESPESA		
Código	P/A	Valor
33903900	2000	2.000.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, em 03.07.2000.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Visto: Deputado Hermas Brandão - 1º Secretário

#### PORTARIA Nº 87/2000

conceder, licença para tratamento de saúde, do servidor deste Poder Legislativo, CARLOS E. SCHETINI, feita Perícia Médica e comprovação diagnóstica, sendo indicado aposentadoria por doença incapacidade para o trabalho, licença a partir de 02 de junho de 2000. C.I.D. 10:G646.8.G.9.345.1/7 e 4.389/3.

(Prot. nº 5150/2000)

#### PORTARIA Nº 88/2000

conceder, licença para tratamento de saúde, da servidora deste Poder Legislativo, JOYNE MERI SCHULKI, de trinta (30) dias, a partir de 13 de junho de 2000. (C.I.D. N-85.2.).

(Prot. nº 5405/2000)



## PORTARIA Nº 89/2000

conceder, licença para tratamento de saúde, da servidora deste Poder Legislativo, CARLA MARUSKA ABRÃO, de quarenta e cinco (45) dias a partir de 20 de junho de 2000. (C.I.D.F.41.9)

(Prot. nº 5487/2000)

Gabinete da Diretoria Geral, em 28.06.2000.

## PORTARIA Nº 90/2000

colocar, a disposição da Secretaria de Estado do Governo, o servidor deste Poder Legislativo, ACIR ARNAUT DE TOLEDO, para prestar serviços junto à Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar), órgão vinculado à Secretaria Especial da Política Habitacional, sendo com ônus para o órgão de origem até 31.12.2000.

(Prot. nº 5904/2000)

Gabinete da Diretoria Geral, em 05.07.2000.

## PORTARIA Nº 91/2000

colocar, a disposição da Secretaria de Estado do Governo, o servidor deste Poder Legislativo, LUIZ CARLOS DOS SANTOS, para prestar serviços junto à Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar), órgão vinculado à Secretaria Especial da Política Habitacional, com ônus para o órgão de origem até 31.12.2000.

(Prot. nº 5903/2000)

## PORTARIA Nº 92/2000

colocar, a disposição da Secretaria de Estado do Governo, o servidor deste Poder Legislativo, MARCOS FRANCISCO MARCONDES CARNEIRO, para prestar serviços junto à Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar), órgão vinculado à Secretaria Especial da Política Habitacional, com ônus para o órgão de origem, até 31.12.2000.

(Prot. nº 5902/2000)

## PORTARIA Nº 93/2000

colocar, a disposição da Secretaria de Estado do Governo, o servidor deste Poder Legislativo, FERNANDO HESSELMANN LAMAS, para prestar serviços junto à Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar), órgão vinculado à Secretaria Especial da Política Habitacional, com ônus para o órgão de origem, até 31.12.2000.

(Prot. nº 5905/2000)

Gabinete da Diretoria Geral, em 05.07.2000.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

**Pedidos de Adesão:****PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA  
PEDIDOS DE ADESAO**

Neves de Castro, matrícula 40798, remuneração mensal estimada R\$440,44, CPF: 080.079.779-53, data de nascimento: 22/12/35.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: N 061.

(Prot. nº 5343)

Curitiba, em 19.06.2000.

(a) Neves de Castro

Marcos Vinicius Santos Ribeiro, matrícula 40736, remuneração mensal estimada R\$440,44, CPF: 392.909.059,72.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: N 061.

(Prot. nº 5345)

Curitiba, em 19.06.2000.

(a) Marcos Vinicius Santos Ribeiro

Jenifer Frances Tieppo Bordignon, matrícula 40859 endereço R. Presidente Faria, 282 - 3º andar, bairro Centro, cidade de Curitiba, CEP: 80020-240 - PR, remuneração mensal estimada R\$554,40, CPF: 393.630.159-04, telefone: 233-9755, lotação: D.L., data de nascimento: 09/11/57.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: N 064.

(Prot. nº 5723)

Curitiba, em 29.06.2000.

(a) Jenifer Frances Tieppo Bordignon

Clarisse Grezzana Merolli, matrícula 40759 endereço Trav. Flavio Luz, 153 - Ap. 2001, bairro Juvevê, cidade de Curitiba, CEP: 80030-460 - PR, remuneração mensal estimada R\$487,00, CPF: 700.946.329-87, telefone: 252-9715, lotação: Serviço Médico, data de nascimento: 01/03/65.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: Fisioterapeuta.

(Prot. nº 5726)

Curitiba, em 29.06.2000.

(a) Clarisse Grezzana Merolli

Claudionor Gomes de Araújo, matrícula 40594, endereço R. Alberto Canestraro, 28, Colônia Maria José, cidade de Quatro Barras, CEP: 83420-000 - PR, remuneração mensal estimada R\$388,49, CPF: 071.580.929-68, telefone: 672-3452, data de nascimento: 02/02/50.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: N 059.

(Prot. nº 5814)

Curitiba, em 30.06.2000.

(a) Claudionor Gomes de Araújo

Antonio Beraldo, matrícula 071, endereço R. Clementino Puppi, 1277, bairro Centro, cidade de Jandaia do Sul, CEP: 86900-000 - PR, remuneração mensal estimada R\$602,80, CPF: 044.069.829-49, telefone: (43) 432-5333, data de nascimento: 22/09/1947.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: N 24.

(Prot. nº 5815)

Curitiba, em 30.06.2000.

(a) Antonio Beraldo

Maria Helena Caetano Ribas, matrícula 40915, endereço R. Padre Anchieta, 1251 - Ap. 101, bairro Champagnat, cidade de Curitiba, CEP: 80730-000 - PR, remuneração mensal estimada R\$440,00, CPF: 159.046.959-34, telefone: 336-1572, data de nascimento: 07/01/47.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: N 061.

(Prot. nº 5818)

Curitiba, em 30.06.2000.

(a) Maria Helena Caetano Ribas

Valéria Baechtold da Silveira, matrícula 40888, endereço R. Atílio Bório, 733, bairro Cristo Rei, cidade de Curitiba, CEP: 80050-250 - PR, remuneração mensal estimada R\$440,44, CPF: 599.203.199-53, telefone: 263-2200, data de nascimento: 19/10/63.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: N 061.

(Prot. nº 5819)

Curitiba, em 30.06.2000.

(a) Valéria Baechtold da Silveira

Angela Maria dos Santos, matrícula 40519, endereço R. Guilherme Pugsley, 1188, bairro Água Verde, cidade de Curitiba, CEP: 80620-000 - PR, remuneração mensal estimada R\$440,44, CPF: 317.992.809-34, telefone: 243-4251, data de nascimento: 17/06/59.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: N 061.

(Prot. nº 5821)

Curitiba, em 30.06.2000.

(a) Angela Maria dos Santos

Fabiana Klingelfus Silvério, matrícula 40978, endereço Rua das Seringueiras, 184, Bairro Alto, cidade de Curitiba, CEP: 82840-070 - PR, remuneração mensal estimada R\$421,67, CPF: 721.092.389-68, telefone: 367-8457, data de nascimento: 19/12/70.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: agente administrativo "A" N61.

(Prot. nº 5825)

Curitiba, em 30.06.2000.

(a) Fabiana Klingelfus Silvério

Zuli Maria da Silva, matrícula 40341, endereço Rua das Perobeiras, 41, bairro Guaraituba, cidade de Colombo - PR, remuneração mensal estimada R\$460,46, CPF: 553.386.319-20, telefone: 666-2540, data de nascimento: 01/02/43.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: Agente Administrativo "A".

(Prot. nº 5828)

Curitiba, em 30.06.2000.

(a) Zuli Maria da Silva

Sara Gibrail Okar, matrícula 41000 endereço R. Marechal Mallet, 553 - Ap. 21 - Bl. A, bairro Juvevê, cidade de Curitiba, CEP: 82540-230 - PR, remuneração mensal estimada R\$440,44, CPF: 747.890.589-72, telefone: 257-2174, data de nascimento: 17/10/69.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão

Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: N 061.

(Prot. nº 5843)

Curitiba, em 30.06.2000.

(a) Sara Gibrail Okar

Francisco Antonio Ogibowski, matrícula 40124, endereço R. Mateus Leme, 1245, bairro Bom Retiro, cidade de Curitiba, CEP: 80530-911 - PR, remuneração mensal estimada R\$528,50, CPF: 953.123.627-52, telefone: 350-4148, data de nascimento: 28/01/53.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: médico - E07.

(Prot. nº 5817)

Curitiba, em 30.06.2000.

(a) Francisco Antonio Ogibowski